

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA
 - 1.1 – Comissão
- 2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CULTURA, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/11/2020

Às 15h15min, comparecem à reunião os deputados Bosco, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da Comissão de Cultura; a deputada Laura Serrano e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Virgílio Guimarães, por indicação da liderança do BDL), membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e o deputado Professor Cleiton, membro da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. Estão presentes também a deputada Celise Laviola e o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a obter informações, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, sobre a gestão da Secretaria de Cultura e Turismo em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a realização do Assembleia Fiscaliza. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Leônidas Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo, a quem passa a palavra para sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Estão presentes os deputados Bosco, Mauro Tramonte e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Marquinho Lemos, por indicação da liderança do BDL), membros da Comissão de Cultura, os deputados Virgílio Guimarães, Carlos Pimenta e Bosco (substituindo o deputado Fábio Avelar de Oliveira, por indicação da liderança do BSMG), membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e os deputados Mauro Tramonte, Virgílio Guimarães e Bosco (substituindo o deputado Gustavo Mítre, por indicação da liderança do BSMG), membros da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.831/2020, dos deputados Bosco e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado à Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados pedido de providências para que proponha alteração da Lei Federal nº 14.017, de 29/6/2020 – Lei Aldir Blanc –, com o intuito de desburocratizar os mecanismos nela previstos, em especial no que se refere à regularidade fiscal dos destinatários das ações emergenciais durante o período da pandemia de covid-19;

nº 7.832/2020, dos deputados Bosco e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado – AGE – pedido de providências para que seja elaborado, com urgência, estudo com vistas à edição de decreto nos moldes do Decreto nº 47.898, de 2020, que prorrogou até o fim de agosto de 2020 a validade de certidões de débitos tributários negativas e

positivas, especialmente para o setor cultural, e à prorrogação da validade das certidões até 31/12/2020 ou outra data que se aproxime ou se iguale ao prazo final para cumprimento dos requisitos para recebimento dos recursos previstos na Lei Federal nº 14.017, de 2020 – Lei Aldir Blanc; para que se informe quais serão os beneficiários da prorrogação aludida; e, caso existam editais lançados pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo para fins da Lei Aldir Blanc, cujo prazo já se tenha esgotado, seja feita a análise de vigência retroativa para esse decreto que se busca seja editado, a fim de se buscar garantir a isonomia;

nº 7.833/2020, dos deputados Bosco e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para realize pesquisa sobre a diversidade cultural de Minas Gerais e disponibilize esses dados para a sociedade, bem como credencie artistas, técnicos, agentes e grupos culturais para facilitar o acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultura no Estado;

nº 7.834/2020, dos deputados Bosco e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que seja regulamentado o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais, previsto no Plano Estadual de Cultura e no art. 5º, III, “d”, da Lei nº 22.944, de 15/1/2018;

nº 7.835/2020, dos deputados Bosco e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados pedido de providências para que essa casa aprecie com a maior brevidade o Projeto de Lei nº 4.078, de 2020, que prorroga para 31/12/2021 os prazos de execução de recursos transferidos pela União para ações emergenciais, conforme também solicitado pelo Requerimento de Urgência nº 2.504/2020, de autoria de 323 parlamentares, sendo a primeira signatária a deputada Jandira Feghali;

nº 7.836/2020, dos deputados Bosco e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhada ao governador do Estado a correspondência do Conselho Estadual de Política Cultural e Conselhos Municipais de Cultura dirigida ao advogado-geral do Estado, Sr. Sérgio Pessoa de Paula Castro, em que solicitam revisão do entendimento que exclui conselheiros da sociedade civil dos editais lançados pelo Estado para execução dos recursos da Lei Federal nº 14.017, de 29/6/2020;

nº 7.837/2020, dos deputados Bosco e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a situação da execução das metas do Plano Estadual de Cultura, em cumprimento ao art. 7º da Lei nº 22.627, de 31/7/2017;

nº 7.838/2020, dos deputados Bosco e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e à Advocacia-Geral do Estado – AGE – pedido de providências para que instituem grupo de trabalho conjunto para simplificação de procedimentos e adequação das exigências burocráticas às peculiaridades da área cultural.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Bosco, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/12/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Antonio Carlos Caldeira Ramos, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bartô;

exonerando Antonio Ferreira da Silva, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;
exonerando Ramos José Aparecido Teixeira de Andrade, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

nomeando Brenda Lima Costa Sampaio, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 107/2020

Número no Siad: 9223960-2/2020

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: DMNews Comércio e Serviços de Informática Eireli. Objeto: cessão de uso de 45 licenças (usuários simultâneos) de *software* para gestão e automação de redações de telejornalismo e radiojornalismo. Objeto do aditamento: segunda prorrogação do contrato, por 12 meses, sem reajuste. Vigência: 12 meses, de 29/12/2020 a 28/12/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 109/2020

Número no Siad: 9223958/2020

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Desiguais Comércio de Móveis e Objetos Usados Eireli. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em mobiliário da contratante tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM-BH – e de demais bens da contratante não tombados, mas de valor histórico e cultural, com fornecimento de material. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 29/12/2020 a 28/12/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 116/2020

Número no Siad: 9241446-2/2020

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Visual Sistemas Eletrônicos Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção no Sistema Eletrônico para Votação – SEV-2000 –, instalado no Plenário da Assembleia Legislativa. Objeto do aditamento: retificação do prazo de vigência da primeira prorrogação contratual, com reajuste de preço (Aditamento nº 95/2020). Vigência: 12 meses, de 31/12/2020 a 30/12/2021.

ATO DA DIRETORIA – PENSÃO POR MORTE

O presidente do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg –, no uso de suas atribuições e nos termos regulamentares, assinou o seguinte ato:

Concedendo, a pedido, o benefício de pensão por morte, nos termos da legislação então vigente, conforme disposto no art. 37 da Lei Complementar nº 140, de 12 de dezembro de 2016, a:

Número do Benefício	Instituidor	Beneficiária	CPF	Data de Vigência
12.207	Leonardo Fernandes Moreira	Flávia Simone Iório Moreira	195.200.958-88	16/12/2020

Iplemg, 22 de dezembro de 2020.

Gerardo Renault, presidente.